

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.273 - MG
(2019/0356901-5)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MARCOS VINICIUS DOS SANTOS SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

O recorrente alega sofrer coação ilegal diante de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no HC n. 1.0000.19.121583-9/000.

Requer, liminarmente e no mérito, a **revogação da prisão preventiva ou sua substituição por cautelares diversas**, por reputar inidôneos os motivos indicados pelo Juízo de primeiro grau para justificar a custódia provisória do acusado, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º-A, I, e § 2º, II, do Código Penal.

O pedido não comporta acolhimento.

Em análise perfunctória – inerente à esta fase processual –, observo que o Juiz de primeiro grau, ao decretar a custódia preventiva do paciente, consignou que "o autuado foi preso em flagrante delito após furtar uma Oficina, tendo o **fato ocorrido com o comparsa de alcunha 'Paulista'**, conforme confissão à fl. 08" (fl. 58), além disso, o Magistrado ressaltou que o assalto foi **cometido com arma de fogo**.

Tais elementos, a um primeiro olhar, são idôneos para ensejar a prisão provisória.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e à autoridade apontada como coatora, em especial a respeito da eventual prolação de sentença ou concessão de liberdade provisória ao réu, com o envio de cópia do ato decisório respectivo, **via malote digital**.

Recebida a resposta, encaminhem-se ao Ministério Público

Superior Tribunal de Justiça

Federal, para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator